

MAIO 2017

Diretor:  
João Dias da Silva

Jornal  
online

Federação Nacional  
da Educação

# EM VIGÍLIA POR MELHOR EDUCAÇÃO

P.4, P.5



**P.11 À P.19 - MESA REDONDA DO  
PORTO: ESTIMULAR O DIÁLOGO  
SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

## NESTA EDIÇÃO

**P.2, P.3 - RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DE 1 DE JUNHO 2017. BASTA DE ADIAMENTOS NA VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES PORTUGUESES | P.6, P.7 - 1º DE MAIO COMEMORADO EM VIANA DO CASTELO | P.8 À P.10 - MEIO MILHAR DE TRABALHOS NO CONCURSO "ERA UMA VEZ O 1º DE MAIO" 2017 | P.20, P.21 - A RAZÃO ÉTICA DO SUJEITO COMO NOVO PARADIGMA DO DIREITO À EDUCAÇÃO | P.22, P.23 - CNE DEBATE RESULTADOS PARA ALÉM DO PISA | P.24 À P.27 - VOLUME III DO PISA 2015 SOBRE BEM-ESTAR DOS ALUNOS. PROFESSORES, ESCOLAS E PAIS FAZEM A DIFERENÇA NOS RESULTADOS | P.28 - O VERDADEIRO MUNDO DOS ASSISTENTES OPERACIONAIS AUXILIARES DE EDUCAÇÃO | P.29 - FNE NA CONFERÊNCIA ANUAL DA NASUWT**

## Basta de adiamentos na valorização dos professores portugueses



O Ministério da Educação marcou uma reunião para o dia 6 de junho para tratar em concreto das questões que a FNE suscitou no seu ofício de 22 de maio de 2017, entregue no quadro da vigília que promovemos em frente ao Ministério da Educação (ME).

Desse ofício constava um elenco de questões que constituía apenas uma seleção das matérias que a FNE tem suscitado sistematicamente junto do ME, não se esgotando neles, assim, os problemas que identificamos para uma educação de mais qualidade para todos e valorizando os trabalhadores que a asseguram. Entretanto, e em relação aos problemas identificados, impõe-se sistematizá-los.

### A PRECARIIDADE

A eliminação da precariedade entre docentes e não docentes é

uma responsabilidade a que o Governo tem de responder, aliás na linha do que são os seus compromissos eleitorais, mas sem esquecer que não pode deixar de ser um cumpridor escrupuloso do que a lei geral estabelece em termos de direitos dos trabalhadores.

Assim, estando a decorrer um processo que visa eliminar todas as situações de precariedade identificadas na administração pública, o setor da Educação não pode ficar à margem da orientação que preside àquele processo e sobretudo aos seus fundamentos.

A verdade é que, no que diz respeito aos docentes, as soluções encontradas este ano, quer em termos de vinculação extraordinária, quer em termos da designada "norma-travão", são claramente insuficientes para responderem ao elevado nível de precariedade

que continua a marcar a situação dos docentes contratados em Portugal.

É por isso que a FNE defende que o Governo assegure novos momentos de vinculação extraordinária, a ocorrerem até ao final da legislatura, de modo que este tipo de precariedade seja eliminado.

Em relação aos trabalhadores não docentes, entendemos que todos os contratos de trabalho a termo que estão em vigor sejam transformados, a partir de 1 de setembro, em contratos sem termo, para além de se negociar a revisão da designada Portaria de Rácios, a qual tem de permitir a realização de concursos que garantam os trabalhadores essenciais para o funcionamento das escolas, sem recurso ao regime das chamadas "horas de limpeza".

## O DESCONGELAMENTO DE CARREIRAS

O descongelamento das carreiras é outro compromisso deste Governo, sucessivamente adiado, mas que agora se anuncia finalmente para 2018, reivindicando a FNE que o ME assuma, em sede de negociação e acordo, que esse descongelamento ocorrerá efetivamente a partir de 1 de janeiro de 2018, para todos, e, no caso dos docentes, no quadro da atual versão do ECD e dos mecanismos nele previstos, e garantindo ainda a negociação - e a sua calendarização - de diplomas legais em falta para que esse descongelamento tenha efeitos, incluindo a consideração do tempo de serviço prestado e que tem estado congelado, possibilitando o adequado posicionamento de todos os docentes, incluindo os que mais recentemente entraram em carreira, e ainda a reversão da legislação que estabelece a aplicação de percentis no mecanismo de avaliação de desempenho dos docentes.

O mesmo acontece em relação aos trabalhadores não docentes, os quais têm de ver considerado o seu direito ao descongelamento dos níveis remuneratórios, com consideração de todo o tempo de serviço congelado, e no quadro das regras que atualmente regulam o desenvolvimento da sua carreira.

## APOSENTAÇÃO

O direito a um regime especial de aposentação para os docentes é uma questão que temos vindo a definir, aliás, no sentido da recuperação de um princípio que já vigorou e que reconheceu a especial situação destes profissionais em termos do desgaste profissional que lhes está associado. É impres-

cindível que o ME assuma a sua disponibilidade para discutir e procurar soluções para o reconhecimento deste especial desgaste profissional, sendo que, na nossa perspectiva, se torna essencial reconhecer o direito à aposentação, sem penalizações, a partir dos 36 anos de serviço.

## ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO

É imprescindível que no próximo ano letivo os docentes sintam alterações na organização do seu tempo de trabalho, nomeadamente no que diz respeito à duração e conteúdo das componentes letiva e não letiva, com respeito efetivo pelo seu tempo de trabalho individual.

Esta é, assim, uma área que carece de intervenção que resulte de compromissos que venham a ser assumidos e que permitam reconhecer as tarefas essenciais em que os docentes devem estar envolvidos e que são da ordem pedagógica, não lhes devendo ser atribuídas tarefas que representem mera burocracia ou que devam ser realizadas por outros trabalhadores.

Enquadra-se aqui a questão incontornável de que, no 1º ciclo de escolaridade, os intervalos sejam considerados na componente letiva.

Outra questão que deve ser regulada é a do número de alunos/níveis/anos por docente, evitando-se situações de excesso de alunos que tornam incomportável a atividade docente.

## A AÇÃO SINDICAL

A FNE considera extremamente relevante a marcação desta reunião do dia 6 de junho, aguardando-se com expectativa os seus resultados, uma vez que esta não pode constituir apenas uma oportunidade para identificar problemas.

As respostas e os compromissos têm de ser claros, quer na identificação das mudanças efetivas para que apontam, quer para a sua calendarização em processos de negociação a definir.

A ausência de respostas ou a insuficiência das respostas são intoleráveis para os trabalhadores que representamos e terão uma expressão muito clara através dos mecanismos de que dispõem as organizações sindicais, nomeadamente o recurso à greve, a qual poderá ocorrer no próximo dia 21 de junho. O pré-aviso de greve entrará necessariamente se na reunião do dia 6 de junho não houver a consideração das expectativas legítimas dos trabalhadores da educação.





## Vigília por respostas efetivas do ME

Na sequência da luta por respostas concretas do Governo aos grandes problemas que se vivem na educação, a FNE realizou, em 22 de maio de 2017, uma Vigília de professores, não docentes e dirigentes sindicais em frente ao edifício do Ministério da Educação (ME), na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa, entre as 17h30 e a meia-noite, em prol do descongelamento das carreiras, de uma boa organização do tempo de trabalho, de um regime especial de aposentação e do fim da precariedade no setor, num quadro mais amplo do reconhecimento e valorização de todos os profissionais da educação. A vigília contou com a presença e o apoio de Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT, e de José Abraão, Secretário-Geral da FESAP.

Durante a vigília, uma delegação da FNE entregou no ME um documento com as reivindicações da federação, em relação ao desmantelamento dos obstáculos relativos ao futuro profissional de docentes e não docentes, a que o Governo não tem sabido dar o seguimento efetivo.

“Se a FNE não obtiver respostas concretas, importantes e significativas para a vida dos professores, a greve estará em cima da mesa”, referiu João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, para quem poderá vir a existir uma estratégia com outras organizações sindicais para articular “o sentimento que trazemos das escolas de insatisfação dos professores, de necessidade de mudanças”.

A resposta do Ministério da Educação à vigília surgiu através de um ofício com a marcação de uma reunião para 6 de junho de 2017, lamentando a FNE o excessivo prazo com que foi agendada. “O senhor Ministro da Educação é que sabe se quer ter uma greve ou não”, frisou João Dias da Silva na vigília. “Se não quer ter uma greve tem que dar respostas concretas em relação ao futuro profissional destes profissionais”.

Quanto à data de uma eventual greve, o Secretário-Geral da FNE sublinhou que “veremos com os professores, mas é evidente que

se olharmos para o calendário que temos pela frente poucos dias ficarão livres que não coincidam com avaliações ou com exames”.

João Dias da Silva acentuou que a FNE “não aceita que o ME continue sem responder às propostas concretas que tem apresentado para ultrapassar problemas que persistem no sistema educativo e que se traduzem num nível elevadíssimo de desgaste e insatisfação instalado entre os professores, como se têm manifestado nas centenas de reuniões que os sindicatos da FNE têm realizado por todo o país”.

Essas reuniões têm sido a prova da elevada preocupação dos profissionais da educação relativamente a outras questões, como sejam as condições em que se vai proceder à flexibilidade curricular, em regime experimental em mais de uma centena de escolas já no próximo ano letivo, ou a que forma como será feita a transferência de competências na área da educação para os municípios.





## 1º de maio comemorado em Viana do Castelo



A FNE e todos os seus sindicatos participaram ativamente nas comemorações do 1º de maio, no âmbito da UGT, que decorreram no Centro Cultural de Viana do Castelo.

Falando para centenas de manifestantes, Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT, salientou que o cenário de uma greve não estava afastado caso o Executivo não cumprisse com as suas promessas relativas aos aumentos salariais. Para Carlos Silva, a UGT não aceita que só haja aumentos salariais em 2020, o que considerou uma barbaridade e acima de tudo uma grande injustiça que conduz os tra-

balhadores da Administração Pública à indignação.

*“Esperamos que o Governo cumpra o seu compromisso, porque ele está escrito no seu programa”, afirmou o SG da UGT. “Em 2019, queremos os 600 euros. E em 2018 os 580. A política tem de ser cumprida com verdade e esperamos que o Governo a cumpra e a aplique”.*

Além da questão da reposição de salários, o líder da UGT pediu o alívio da carga fiscal para os trabalhadores, apelando também ao Governo para não se esquecer de repor a progressividade nos escalões de IRS, uma vez que a carga fiscal “é de loucos”.

Carlos Silva foi peremptório quando realçou que os trabalhadores precisam de respirar, de aliviar os seus rendimentos. Por isso, Orçamento de Estado para 2018 tem que prever a reintrodução de mais escalões no IRS para haver “mais justiça fiscal, mais equidade e mais igualdade no nosso país”. O SG da UGT apelou ainda ao primeiro-ministro, António Costa, para integrar todos os precários da Administração Pública. Outro dos pedidos de Carlos Silva ao Governo foi a abertura das portas

do diálogo social, imprescindível para a melhoria das condições dos trabalhadores portugueses.

Por seu lado, Lucinda Dâmaso, Presidente da UGT lembrou todos e todas que se encontram em situação de desemprego: “Temos ainda milhares de trabalhadores que estão numa situação de grande fragilidade pessoal, porque sentem o peso do desemprego e o peso de uma crise que ainda não saiu das suas vidas”, referiu.

A Presidente da UGT lembrou também os jovens que terminaram os cursos e ainda não conseguiram encontrar emprego. A estes deixou a promessa de que a UGT continuará a lutar, para que em sede de concertação social se alcancem compromissos para que todos e todas encontrem o emprego digno a que têm direito.

As comemorações do 1º de maio de 2017 proporcionaram o convívio de trabalhadores de todas as organizações sindicais filiadas na UGT, unidas todas na luta comum por condições dignas de vida e de trabalho e por um futuro mais promissor para Portugal.



**1 MAI** 2017





## Meio milhar de trabalhos no Concurso “Era uma vez o 1º de maio” 2017

A terceira edição do Concurso *Era uma vez o 1º de maio*, referente a 2017, contou com a participação de quase meio milhar de trabalhos nos seus quatro escalões, sendo por isso considerado pela FNE, promotora da iniciativa, um enorme sucesso.

A exposição dos trabalhos premiados e a respetiva entrega dos prémios foram um ponto alto das comemorações do Dia do Trabalhador, no 1º de maio de 2017, em Viana do Castelo, tendo sido visitados por centenas de participantes.

Os primeiros classificados em cada escalão tiveram direito a um Tablet, os segundos a uma máquina foto-

gráfica digital e os terceiros a livros e jogos didáticos. Os alunos, turmas e estabelecimentos de ensino tiveram direito a um Diploma de Participação.

De acordo com o Regulamento, os trabalhos a concurso ficam pertença da federação.

Para a FNE, promotora do Concurso *Era uma vez o 1º de maio*, esta é uma iniciativa “de grande valor educativo e de cidadania, pois promove entre alunos de todas as idades, entre escolas e comunidades educativas os grandes valores associados ao trabalho digno e a uma sociedade mais justa e com mais equidade”.



## 1º ESCALÃO

### EDUCAÇÃO PARA A INFÂNCIA (PINTURA E COLAGEM – COLETIVOS: TURMA OU JARDIM DE INFÂNCIA)

1º Lugar - EB1/JI Fonte da Moura - Sala A e B - AE Manoel de Oliveira - Porto

2º Lugar - EB1/JI do Chegadoinho - Pré Escolar - Grupo AO - Feijó – Almada

3º Lugar - EB1/JI Quinta de S. Gens - Pré-Escolar - Grupo D - AE Senhora da Hora

Menção Honrosa: - JI de Moutidos - Sala 1 - AE de Águas Santas - Maia

#### VENCEDORES ( 1º | 2º | 3º )



#### MENÇÃO HONROSA



## 2º ESCALÃO

### 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (PINTURA – COLETIVOS: TURMA OU ESCOLA)

1º Lugar - EB Pedreira - AE Muralhas do Minho - Ganfei

2º Lugar - EB1 de Aldeia - Turma AL 2º ano - AE A Ver-o-Mar – Póvoa de Varzim

3º Lugar - EB de Irivo - Turma 4 – Penafiel

Menção Honrosa - EB1 de Lordelo - Turma 4 – Paredes

#### VENCEDORES ( 1º | 2º | 3º )



#### MENÇÃO HONROSA



CLIQUE NAS IMAGENS PARA VER OS TRABALHOS EM TAMANHO MAIOR

**3º ESCALÃO**  
**2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO (PINTURA - INDIVIDUAIS)**

1º Lugar - Marta Sofia Barbosa Ribeiro - ES da Póvoa do Lanhoso

2º Lugar - Daniela Soares Sousa - ES da Póvoa do Lanhoso

3º Lugar - Margarida Sá - EB Pedro Jacques Magalhães - Alverca do Ribatejo

Menção Honrosa - José Henrique da Rocha Macedo - ES da Póvoa do Lanhoso

**VENCEDORES**  
**( 1º | 2º | 3º )**

**MENÇÃO**  
**HONROSA**



**4º ESCALÃO**  
**ENSINO SECUNDÁRIO (PINTURA - INDIVIDUAIS)**

1º Lugar - Ana Margarida Martins Freitas - ES da Póvoa do Lanhoso

2º Lugar - Pedro Luís Vieira de Castro Alves - EBS de Ermesinde

3º Lugar - Raquel Neves Clemente - ES de Pombal

Menção Honrosa - Maria Jorge - ES D. Maria II - Braga

**VENCEDORES**  
**( 1º | 2º | 3º )**

**MENÇÃO**  
**HONROSA**



CLIQUE NAS IMAGENS PARA VER OS TRABALHOS EM TAMANHO MAIOR



Mesa redonda do Porto do Diálogo Social Nacional e Europeu da Educação

## João Dias da Silva defende Diálogo Social como nova forma de governo

O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva (SG), defendeu o diálogo social como essência de uma nova forma de governo para respondermos aos desafios da sociedade do nosso tempo.

O SG falava na abertura da primeira mesa redonda do Projeto III de Capacitação do Diálogo Social Nacional e Europeu da Educação, liderado em conjunto pelo CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação) e pela EFEE (Federação Europeia dos Empregadores da Educação), que decorreu no dia 8 de maio de 2017, no Ateneu Comercial do Porto, no centro da Invicta, focada no tema do Apoio aos Professores, Formadores e Líderes Escolares, retirado do Programa de Trabalho do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE) para 2016 - 17.

“As democracias devem incluir e ser completadas por novas formas de diálogo devidamente estruturado, que não podem ser um ritual, simbólicas ou uma participação eventual ou esporádica”, sublinhou o SG da FNE, para quem esta nova forma de governo “tem que ter mecanismos de plena participação social”.

A mesa redonda do Diálogo Social foi organizada pela FNE, que integra o Grupo Consultivo do projeto, e além dos parceiros sociais europeus contou com a participação de Anabela Sotaia (Fenprof), Luís Lopes (Sindep), Rodrigo Queirós e Melo (AEEP), José Luís Presa (ANESPO), Álvaro Almeida Santos (Diretor da Escola Secundária de Valadares), António Leite (IEFP) e Júlia Silva (CEFOSAP).

Para além da especialista do projeto Tina Weber (ICF), que explicou o contexto do diálogo social a nível europeu, a mesa redonda do Porto teve a participação de dois representantes da Finlândia (Pekka Pankkonen – sindicato OAJ) e (Petteri Kauppinen – AFIEE - empregadores), que impressionaram os presentes pelo seu habitual trabalho em conjunto e por terem exposto os múltiplos problemas dos professores e da educação no seu país, incluindo os cortes financeiros (190 milhões de euros no ensino profissional), o desemprego, a precariedade e condições de trabalho.

Lucinda Manuela Dâmaso, Vice-Secretária-Geral da FNE e Presidente da UGT, encerrou a mesa redonda salientando que “o diálogo social é um garante de qualquer democracia” e fez a apologia de uma Europa mais solidária, mais social, “que defenda os mais frágeis e que esteja ao serviço das pessoas”. No final da sua intervenção, Lucinda Dâmaso considerou que “o diálogo social que construímos nos últimos 43 anos de democracia em Portugal tem dado frutos”.

Presidiram à mesa redonda do diálogo social Paola Cammilli (coordenadora do Diálogo Social e Governança do CSEE, que orientou os trabalhos) e André Wisniewski (Secretário-Geral da EFEE).

O Projeto III de Capacitação do Diálogo Social vai ainda incluir mesas redondas na Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta e Países Baixos. A conferência final tem lugar marcado para Sófia, na Bulgária, em junho de 2018.

## Diálogo social não pode ser um ritual sem consequências



Em nome da FNE – Federação Nacional da Educação –, organização que é constituída por 10 sindicatos que têm como sócios milhares de docentes e de trabalhadores de apoio educativo em todo o país, saúdo todos os participantes nesta mesa-redonda. Bem-vindos a Portugal e ao Porto.

Saúdo também todo o trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito do Comité Europeu do Diálogo Social em Educação (CEDSE), no qual a FNE tem participado, desde o seu lançamento, com todo o empenho.

Saúdo ainda o projeto em que se integra esta mesa redonda e que tem por objetivo fazer intensificar a intervenção dos professores nos processos do diálogo social, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional. Saúdo, assim particularmente os dirigentes que inte-

gram este projeto, e muito especialmente o meu colega Joaquim Santos, que não só tem participado ativamente no plenário do CEDSE, como é ainda membro ativo deste projeto. Felicito muito o seu trabalho e o seu empenho, não só particularmente para o sucesso desta mesa redonda, mas em todo o trabalho que implica a participação neste comité.

Finalmente, quero saudar todas as organizações e personalidades que aceitaram participar nesta iniciativa. A sua presença e as suas intervenções são um estímulo para a nossa participação e o nosso empenho ao nível do diálogo social, quer no âmbito interno, quer no âmbito europeu.

A instituição do CEDSE mereceu a participação da FNE desde que o projeto começou a ser discutido. Participámos nos vários seminários que se realizaram por iniciativa dele, como temos vindo a participar em todas as sessões do CEDSE.

Esta é uma opção que se funda nos valores que orientam a nossa organização, a qual tem sido caracterizada sempre pelo aprofundamento da negociação e da concertação como meios privilegiados de construção de avanços para uma sociedade mais justa e uma educação de qualidade e inclusiva.

É nossa convicção que, nos tempos atuais, o diálogo social é uma nova forma de governo que se im-

põe pelas características da sociedade do nosso tempo – mais complexa, mais fragmentada, com maior diversidade e com maior mobilidade.

É evidente para todos que se está a verificar a emergência de novas formas de organização em que as redes sociais e a revolução tecnológica assumem um papel cada vez mais forte, pese embora o facto de não assentarem em qualquer legitimidade que não decorra do simples direito e liberdade individual de participar na vida pública. Mas a verdade é que estas novas realidades estão a exercer uma pressão persistente sobre os centros de decisão no sentido de que o processo de elaboração das políticas públicas seja alargado a novos participantes.

Por outro lado, deve ainda assinalar-se que a nossa sociedade global está a criar novas interdependências que fazem com que qualquer decisão, mesmo que direcionada em relação a um determinado público, acabe por ter consequências mais ou menos intensas em relação a outros públicos ou outros interesses, pelo que se torna necessário procurar ter a maior diversidade possível de perspetivas sobre os efeitos que cada medida comporta. Esta realidade significa uma enorme complexidade no processo de decisões, de forma que este integre a diversidade dos interesses e riscos que estarão envolvidos na sua concretização.

Deve ainda referir-se que os governos estão hoje cada vez mais envolvidos em processos de decisão que integram outros governos e outras entidades/organizações.

Na nossa perspetiva, esta complexidade tem como consequência a necessidade de se reverem as formas tradicionais de governo, privilegiando formas de diálogo devidamente estruturado que valorizem novos participantes.

É que os mecanismos e instituições da democracia representativa têm-se mostrado significativamente limitados e insuficientes, o que torna necessária a emergência de novos e modernos instrumentos de controlo e participação. Esses mecanismos têm de ser criados para completar as instituições representativas, englobando na dinâmica política a realidade da sociedade civil que está cada vez mais organizada com as suas entidades e associações.

É assim que, na nossa perspetiva, as democracias, para além de as sentarem nos mecanismos formais que as caracterizam, com eleições, com distinção de poderes legislativo, executivo e judicial, devem incluir e ser completadas por estas novas formas de diálogo devidamente estruturado e que fazem parte de uma visão de democracia participativa.

A democracia participativa utiliza mecanismos que proporcionam ao povo maiores índices de participação nas questões políticas, legitimando questões de relevância para a comunidade como um todo.

Somos daqueles que estão convencidos de que a qualidade da de-

mocracia pode ser medida pelo nível de participação política encontrada em cada sociedade, que permite ao cidadão comum inserir-se nos processos de formulação, decisão e implementação de Políticas Públicas, e desta forma, “quanto mais direto for o exercício do poder político mais acentuada será a capacidade democrática das instituições políticas, cujas decisões estarão mais próximas de traduzir a genuína vontade popular”.

É neste contexto que se insere a nossa perspetiva de que novas formas de diálogo devidamente estruturado contribuem para a determinação de uma nova forma de governo.

Em que consiste esta visão de formas de diálogo devidamente estruturado?

A perspetiva que defendemos distingue o que podem ser mecanismos meramente simbólicos de participação social do que devem ser reais mecanismos de plena participação social.

É que a pressão para a abertura a novos participantes nos processos de decisão não se pode confundir ou reduzir a simples mecanismos de audição ou auscultação. Estes são mecanismos que ocorrem eventualmente, se for vontade dos governos, sem periodicidade e sem compromissos. Podendo revelar-se interessantes ou até atrativos numa fase inicial, tenderão a ser desvalorizados se forem inconsequentes. É que, desta forma, não serão mais do que um ritual que é cumprido, que não tem conteúdo nem consequências.

O diálogo devidamente estruturado é constituído por formas de diá-

logo e de concertação que funcionem como método permanente e incontornável, de acordo com regras próprias que são aceites e comprometem todo os participantes e cujo resultado é um compromisso.

Aliás, e no quadro que caracteriza a sociedade do nosso tempo, tem-se revelado insuficiente a legitimidade política obtida através de eleições. Essa legitimidade pode reforçar-se por processos que façam com que, entre cada eleição, o poder estabelecido com base em eleições, se fortaleça através de mecanismos de decisão que funcionem permanentemente que envolvam e comprometam outros atores sociais representativos da diversidade dos interesses em presença em cada decisão.

Assim, o diálogo social tem de constituir, neste quadro, um mecanismo com poderes quase legislativos, com uma definição clara de participantes, poderes e procedimentos. O diálogo social devidamente estruturado que defendemos inclui responsabilidades que não podem ser transferidos para outros domínios políticos ou outros intervenientes.

Entendo que este projeto e em particular esta mesa redonda servem para consolidar o que aqui vim defender em termos de conceção de uma nova forma de governo que institucionaliza o diálogo social como parte da sua legitimação.

Termino renovando as minhas saudações e desejando continuação de bons trabalhos.

**João Dias da Silva**  
**Secretário-Geral da FNE**



As medidas de austeridade e os cortes em Portugal levaram a uma rápida deterioração dos salários e das condições de trabalho, bem como a um aumento significativo da precariedade no setor público.

Assistimos igualmente no setor privado a um enorme processo de desregulação das relações laborais, com a introdução de normas que eliminaram ou restringiram direitos dos trabalhadores, reduziram os seus rendimentos, facilitaram os despedimentos, agravaram a precariedade dos vínculos laborais, favoreceram a chantagem e o arbítrio patronal, degradaram

as condições de vida e de trabalho e acentuaram a exploração e o empobrecimento dos trabalhadores em detrimento do diálogo social e da contratação coletiva.

Há um novo clima e um novo quadro político com mais abertura ao diálogo social, mas é urgente que sejam tomadas medidas de fundo na educação, no sistema educativo, com a criação de condições que são mais que justas para a valorização e dignificação da profissão docente e da valorização também da escola pública de qualidade.

Neste momento, o atual governo parece estar a bloquear medidas que são prioritárias na educação e está a optar por um caminho semelhante ao governo anterior. Há sinais preocupantes de incapacidade de resposta às questões que lhe são colocadas, incapacidade de diálogo com as organizações sindicais e uma incapacidade real para assumir um compromisso com os professores, que permita atenuar um sentimento de frustração que vai crescendo e que em muitos casos já se transformou em indignação e protesto.

De nada serve o diálogo social se este não tiver eficácia e se não se traduzir em medidas concretas para resolver os problemas em tempo útil. Não podemos aceitar que os professores continuem a ser desvalorizados nas suas condições de trabalho, na sua estabilidade e nos seus direitos e continuem a ser esquecidos pelas políticas dominantes.



A AEEP está há mais de 30 anos em diálogo contínuo com as organizações representativas dos trabalhadores, um diálogo que tem sido frutífero e em que a negociação coletiva do ensino particular e cooperativo chegou a ser extremamente inovadora. É o caso por exemplo da possibilidade que tivemos com os nossos parceiros de estabelecer, em contrato coletivo de trabalho, um mecanismo de avaliação de desempenho docente, como modo de progressão na carreira.

Na altura em que as relações entre o Estado e os docentes foram complicadas, onde o mecanismo de avaliação de desempenho nem chegou verdadeiramente a ver a luz do dia, foi muito contestado e levou a grandes manifestações, fomos capazes no setor particular e cooperativo, nós e os nossos parceiros sindicais, de chegar a um acordo que muito beneficiou o setor e que é de facto uma linha de modernidade, tendo-o sido ao nível da estruturação da carreira.

Mas o contexto socioeconómico mudou drasticamente. Uma queda demográfica obrigou ao fecho de muitas escolas no setor público e no privado e vai-nos fazer perder dezenas de milhar de alunos ainda ao longo dos próximos anos. Este novo contexto negocial tornou tudo muito mais difícil, mas os parceiros estiveram à altura do desafio. Foi necessário reconfigurar fortemente as relações laborais e encontrar novos equilíbrios.

Mas a verdade é que este processo permitiu manter um quadro laboral regulamentado, salvar postos de trabalho, permitiu o necessário reforço das relações de confiança institucionais, que surgem de processos especialmente difíceis, e este diálogo difícil permitiu, dentro do que foi possível, proteger a paz social no posto de trabalho.



Mas temos grandes desafios pela frente e gostava de elencar dois: o ajustamento económico-financeiro não terminou, não está feito, longe disso, o que mantém e cria tensões no processo do diálogo social. O segundo, mais profundo e muito mais desafiante, é o diálogo que vamos necessariamente ter que ter porque a escola precisa de reforma, o que nos vai obrigar a ter um novo olhar no modo laboral de ser professor.

Isto é, o modo como olhamos para os tempos de trabalho, como olhamos para a organização desses tempos, como olhamos para a lógica da sala de aula, da semana que se repete eternamente igual. Há lógicas monolíticas em que vivemos e em que nascemos, mas o monolítico está nos museus.





As escolas profissionais vieram substituir aquilo que eram as escolas industriais e comerciais existentes antes do 25 de abril de 1974 e que foram descontinuadas. Foram precisos mais dez anos para surgirem novamente escolas que preparassem os jovens para a vida ativa.

Este lapso de tempo fez com que se repensasse tudo aquilo que era feito e se introduzisse em Portugal um modelo curricular muito inovador, que ainda hoje é considerado um bom exemplo a nível europeu, na medida em que se valoriza muito as competências transversais dos jovens, que vão desde a abordagem sócio-cultural até à abordagem científica, e depois com uma presença muito forte da componente técnica, tecnológica e prática.

50% do currículo é constituído por competências práticas e 50 por cento por competências científicas e sócio-culturais. Estamos num percurso de 28 anos de uma experiência muito positiva nesta matéria a nível nacional e que foi replicada nas escolas públicas.

Nós escolas privadas somos responsáveis por 20 por cento dos alunos do ensino secundário em percursos qualificantes. E podemos dizer que este caminho foi feito com recurso ao diálogo social e a uma abordagem que teve em conta os direitos dos trabalhadores e as condições que devem ter para poderem desempenhar cabalmente a sua função.

Embora não havendo um contrato coletivo específico, as escolas profissionais sempre adotaram como referência quer o contrato coletivo do particular e cooperativo quer, em alguns casos, o das próprias escolas públicas.

Estamos hoje numa fase muito próxima de chegarmos a um acordo com a FNE e penso que vale a pena dizer que este acordo tem que ser sustentado em bases muito realistas. E as bases realistas têm que ver com a realidade das escolas profissionais em Portugal e que assenta no princípio de que o financiamento às escolas é feito através de tabelas fixas de custos unitários, que variam consoante a complexidade e os recursos exigidos pelos cursos.

Nós próprios como associação não podemos aceitar que, se os sindicatos rejeitam que se reduzam direitos aos trabalhadores, se reduzam as tabelas que foram fixadas há mais de 10 anos. Ora essas tabelas tiveram uma redução de 5 por cento durante a crise e foram ainda introduzidas penalizações pela perda de alunos (que passaram com este governo de abaixo de 22 por turma para abaixo de 18), o que consideramos inaceitável, pois não somos nós que os selecionamos.

Reivindicamos a reposição das tabelas, que sabemos também não irem ter qualquer atualização previsível ao longo do tempo. Isto implica que tenhamos que trabalhar com base em valores médios e não em valores crescentes, até porque 70 por cento dos encargos que temos são com pessoal. E a última coisa que os sindicatos e as escolas pretendem é que se chegue a uma situação em que não haja dinheiro para pagar ao pessoal docente e ao pessoal não docente.

Há muito que fazer na evolução das vias qualificantes no ensino secundário, estamos num patamar ainda muito baixo dos 40 por cento e precisamos de professores e formadores altamente qualificados e de valorizar a sua profissão. Há uma grande oportunidade na educação de adultos, nas escolas em geral, que temos que aprofundar. E não há professores a mais, pois há muita formação por fazer em Portugal.

Muito do abandono e insucesso escolar tem que ver com a falta de ligação entre aquilo que são os centros de interesse dos alunos e aquilo que a escola oferece. O aluno que gosta do curso que está a frequentar não abandona, é assíduo, é pontual e tem bons resultados. E os professores gostam de trabalhar com eles.

Temos que manter o diálogo social, temos que estar todos imbuídos do mesmo espírito, reivindicar do governo os direitos dos trabalhadores, mas também os direitos dos operadores de formação, que somos todos nós.

Um dos problemas que sinto como diretor de escola é a melhoria da prática docente e também o acompanhamento desta prática. A partir de 2002 foi introduzida como forma obrigatória a avaliação das escolas, a autoavaliação, os primeiros passos foram difíceis, mas isso permitiu que em muitas escolas elas se reconhecessem melhor e também identificassem necessidades de formação dos seus professores.

Como presidente do primeiro Conselho das Escolas, entre 2007 e 2010, pude perceber até que ponto é que as questões ligadas ao diálogo social poderiam estar ainda atrasadas. Um dos aspetos que nós notamos teve que ver com o modelo inicial de formação de professores. Este modelo inicial é muito desigual no país e sempre defendemos que ele deve ser feito prioritariamente nas escolas, com professores experientes, e com uma parte em sala de aula. Também defendemos um acompanhamento aos professores mais jovens na carreira.

Devido à austeridade, falar de oportunidades de carreira em Portugal é um problema. Também há um problema de renovação dos quadros de professores. A minha escola tem 129 professores e a média de idades é de 54 anos. Não tenho nenhum professor abaixo dos 40 anos. Por um lado têm mais experiência, por outro têm mais doenças, mais problemas, e a sua recuperação é mais dolorosa. É preciso encontrar uma solução em que os professores mais jovens aprendam com os mais experientes.

Como resultado da avaliação externa das escolas, um dos pontos críticos que foi levantado, impedindo a melhoria do trabalho em sala de aula, era a falta de trabalho de colaboração entre professores. E isso foi



geral, embora todas as escolas sejam diferentes. Muitas escolas lançaram programas de supervisão, de acompanhamento, observações de aulas por pares, o que veio a incrementar o trabalho de grupo, em equipa.

Porém há um problema de balcanização no sistema do ensino secundário português, que é muito orientado para o conteúdo, e deste para o exame. Esta é uma dificuldade. Então temos que encontrar aqui um equilíbrio de trabalho conjunto entre professores. Uma das grandes forças das escolas é a sua capacidade de se renovar, de trabalhar dentro delas próprias, daí reclamarem mais autonomia para melhor se organizarem os grupos de professores para este trabalho comum.





Ao longo de 32 anos de educação tive o privilégio de poder intervir de formas muitas diversificadas em diferentes formas de diálogo social, e por outro lado de apoio à formação aos profissionais da educação.

O reforço do diálogo social entre todas as partes é um impulso decisivo para a persecução dos objetivos de uma escola de qualidade para todos. Pude verificar em primeira mão como em alguns momentos o diálogo social funcionou e como em outros momentos isso não foi possível. Em certas ocasiões as posições extremaram-se até ao ponto da irracionalidade - e creio que das duas partes. E a partir daí foi impossível concretizar o que poderia ser o diálogo social.

Do meu ponto de vista com evidentes derrotas para as duas partes. E pior para uma terceira parte que ha-

bitualmente não está presente nesta questão do diálogo social que são os alunos. O extremar de posições tornou basicamente impossível que em Portugal houvesse avaliação de desempenho de professores. E houve uma derrota para quem queria implementar uma verdadeira avaliação de docentes, acompanhada de um recuo significativo nas condições de trabalho dos professores.

É evidente que o diálogo não pode nunca significar que uma parte se substitui à outra e por vezes nós temos essa tentação. Ou que o diálogo é usado como uma espécie de manobra de obstrução para quem verdadeiramente tem competência política para decidir.

A formação de profissionais da educação não pode existir quando há uma largueza financeira e depois ser a primeira vítima quando é preciso introduzir ajustamentos ou reduzir o nível de despesa. Mas não podemos cair na tentação de resolver todos os problemas da sociedade com mais educação, nem todos os problemas da educação com mais formação dos seus profissionais.

A excessiva ligação da formação contínua à avaliação e desta à progressão na carreira é um problema típico do nosso país, que tem como resultado que quando não há progressão na carreira a formação deixa de ser considerada importante. E lembro que embora de forma intermitente há congelamentos nas carreiras dos professores portugueses desde 2005.

O pior serviço que se pode prestar à educação e à formação é tornar a formação meramente instrumental e uma ferramenta de progressão na carreira dos seus profissionais.



O financiamento da formação assenta em grande medida no Fundo Social Europeu e este depende sempre da existência de um quadro comunitário. Entre 2003 e 2005, e com a ajuda dos quadros comunitários, as qualificações dos portugueses tiveram um aumento significativo.

Mas há aqui uma reflexão a fazer. Em termos de variação do PIB teve uma variação de apenas 1.80 . Será que os sucessivos quadros comunitários têm significado uma elevação da qualificação geral? Será que as competências desenvolvidas são as mais adequadas? Teremos que apostar noutras áreas. Temos um tecido empresarial que não reconhece neste momento de forma devida as qualificações, o investimento feito. Em termos de empregabilidade quem faz um processo de RVCC é, de certa forma, discriminado em relação a quem opta pela via escolar.

No que respeita a constrangimentos à nossa atividade, estamos com uma execução física muito baixa de 38% em relação ao período homólogo dos últimos quatro anos. Estamos pois muito aquém do esperado. Nos outros quadros comunitários tínhamos sempre uma execução acima dos 90 por cento. Outro constrangimento que é preciso mudar são as regras



atuais da constituição dos grupos formativos, que são muito limitativas.

Melhorar a formação em Portugal exige pois um diálogo social de grande qualidade.



# A razão ética do Sujeito como novo paradigma do Direito à Educação

A FNE foi convidada pelo jornal alemão em língua turca PoliTeknik a escrever um artigo sobre “Pensamentos e Recomendações sobre a Extensão dos Direitos da Educação à Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas”, seguindo-se assim às colaborações do Reino Unido (NASUWT), Brasil (CNTE), Cuba, Austrália, Turquia, Alemanha, Grécia, Índia e Suíça, a especialistas como Susan Hpgood (IE) e a académicos de várias partes do mundo. A colaboração da FNE insere-se no Projeto “Extensão dos Direitos Humanos à Educação – 2018”, ano que marca o 70<sup>o</sup> aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No próximo dia 10 de dezembro de 2018 o mundo celebra o 70<sup>o</sup> aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O “direito à educação” foi aqui reconhecido pela primeira vez no plano universal, no seu Artigo 26, responsabilizando em primeiro lugar as famílias, mas cabendo a principal responsabilidade pela sua satisfação aos Estados, cujas obrigações se resumem à disponibilidade, acessibilidade, qualidade e equidade.

Três anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, a resolução de 1948 veio trazer a esperança ao renascimento de uma civilização que lutava por sair dos escombros e da indignidade humana.

Quase 70 anos depois o mundo deu muitas reviravoltas, vencendo muitos obstáculos e muros, mas vendo-se forçado a enfrentar outros, por vezes de índole a um só tempo tão diversos e tão dolorosos para a Humanidade. No entanto, hoje como então a Educação continua no centro das atenções de todos, como instrumento e meio de desenvolvimento económico, político, social e individual, do nível local até ao nível global.

São múltiplos os desafios com que uma Educação Pública, de Qualidade e gratuita para todos se debate no mundo inteiro: são os conflitos étni-

cos, raciais, religiosos, sexuais ou de género; é a problemática global das migrações e da obrigatoriedade de milhões de refugiados se deslocarem para longe dos seus lares de origem ficando sem nada e sem coisa nenhuma; é a proliferação de diversas formas de extremismo e populismo, que retiram a dignidade ao ser humano.

Por outro lado, os ataques a uma Educação Pública equitativa e de qualidade vêm de grandes multinacionais, operando sob diferentes nomes,

através de formas várias de comercialização e mercantilização que apenas visam o lucro fácil, promovendo assimetrias, desigualdades, injustiças e atentados a condições de trabalho e de vida dignos, tanto a alunos e famílias, como a professores, escolas e comunidades educativas.

Para a FNE, olhar a Educação como uma simples mercadoria ou um produto de mercearia ou supermercado é pura e simplesmente a morte de todos os Direitos.

Quando hoje pensamos nos direitos à Educação vêm-nos logo à memória cenários e narrativas da Síria, da Chechénia, as raparigas de Chibok, na Nigéria ou as grandes intromissões da chamada Indústria da Educação em vários países de África, semeando e espalhando desigualdades e ataques, sem piedade, à condição docente e não docente nessas paragens.

No entanto, a FNE em Portugal faz da luta por uma Escola Pública de Qualidade e Equitativa para Todos a sua principal prioridade. Diria mesmo que esta é a *Mãe de todas as prioridades em Educação* no mundo inteiro. E fico muito contente quando colegas meus sindicalistas e ativistas da educação dos quatro cantos do planeta dedicam grande parte do seu trabalho em prol desta luta - seja no Quênia, no Brasil, na Tanzânia, na Colômbia ou nos Estados Unidos da América.



Edição de março/abril de 2017 da revista PoliTeknik. A colaboração da FNE deverá ser publicada no número de maio/junho deste ano

É sempre nosso dever lembrarmos a mensagem de Malala Yousafzai quando ela afirma, peremptoriamente, que *uma criança, um professor, uma caneta e um livro podem mudar o mundo*. Sabemos que milhões de pessoas sofrem pela falta de acesso ao emprego, à educação, saúde, segurança social, alimentação, habitação, água e várias outras necessidades básicas. Muitos outros milhões jamais se depararam com o direito à não discriminação, por pertencerem a grupos marginalizados ou a minorias.

No meu país há ainda 500 mil analfabetos, milhares de crianças, adultos e famílias vivem abaixo do limiar de pobreza e o governo defronta grandes desafios no que respeita aos direitos de pessoas com deficiências, com doenças mentais e com vítimas de violência doméstica.

Ora, o direito a uma Educação de qualidade implica o direito a uma saúde e a uma nutrição dignas, a um respeito total pela pessoa humana, em todas as suas exigências e necessidades. Implica ainda que professores e trabalhadores de apoio educativo sejam respeitados e valorizados por todos e tenham condições de trabalho e de carreira dignos.

Determinar o objeto do direito à educação é responder, essencialmente, a três questões: aprender para quê?, aprender o quê? e como aprender?

A resposta à primeira pergunta tem que ver com um desenvolvimento livre, pleno e harmonioso da personalidade humana e do sentido da sua dignidade, com a adesão à ética dos Direitos Humanos e a outros valores morais e culturais compatíveis com o seu respeito e à preparação para uma vida autónoma e responsável, numa sociedade e num mundo livres.

A resposta à segunda questão exige as aprendizagens principais que o direito à educação deve garantir.



No como aprender?, o direito à educação leva-nos às duas principais instituições da educação nas sociedades contemporâneas, que são as famílias e as escolas e ainda à responsabilidade da comunidade internacional.

Como já frisaram muitas vezes, de 1948 até aos nossos dias, o *direito à educação é um direito novo a uma educação nova*, um direito não só da família e do Estado, mas um *direito de todo o ser humano*, independentemente da sua idade, origem, credo, crenças ou circunstâncias.

Por outras palavras, o direito à educação é um novo paradigma, tal como enunciou o Diretor-Geral da Unesco no seu discurso inaugural da 47ª Sessão da Conferência Internacional da Educação, reunida em Genebra, em 2004: *“Sinto que está em curso uma subtil mudança de paradigma.”*

No entanto, o mundo foi palco de grandes transformações nos últimos anos, que nos obrigam a buscar novas conceções para os sistemas de educação e a ajustar as nossas vidas aos desafios da 4ª Revolução Industrial.

Falamos naturalmente da globalização, da digitalização, da robótica, da cavalgada de ideologias neoliberais que subjagam o ser humano às *virtudes* do lucro, da necessidade de optarmos por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou da obrigatoriedade de repensarmos a educação

como Direito Humano e bem público global.

Como sublinha o português A. Reis Monteiro na sua recente obra *Uma Teoria da Educação*<sup>1</sup>: *O direito à educação é um novo paradigma cujo alcance revolucionário pode ser resumido nesta metáfora copernicana: A educação já não deve estar centrada na terra dos adultos nem no sol da infância, mas antes ser projetada no universo dos direitos humanos onde não há maiores nem menores, pais nem mães e filhos nem filhas, professores ou professoras nem alunos ou alunas, mas pessoas iguais em dignidade e direitos.*

*Assim sendo, remata o autor, a razão pedagógica já não é a razão biológica da Família, nem a razão política do Estado, mas a razão ética do Sujeito, que limita tanto a arbitrariedade familiar como a onipotência estatal.*

Na visão da FNE, este triângulo jamais poderá ser equilátero. A razão ética do Sujeito tem que prevalecer sobre os desequilíbrios, incapacidades e impossibilidades gerados pela Família e pelo Estado. Este tem que ser, necessariamente, o ponto de partida para qualquer pensamento ou recomendação sobre a extensão dos Direitos da Educação à Declaração dos Direitos Humanos da ONU.

Joaquim Santos  
FNE – abril 2017

<sup>1</sup> MONTEIRO, A.R. (2017). *Uma Teoria da Educação*, Coleção Horizontes Pedagógicos / 181, Edições Piaget, 2017, p. 269



## CNE debate *Resultados para Além do PISA*

A FNE participou na Conferência Internacional “BEYOND PISA RESULTS” (Para Além dos Resultados do PISA), que decorreu em 17 de maio de 2017 no CNE - Conselho Nacional de Educação, em Lisboa, no âmbito do projeto *aQeduto – Avaliação, Qualidade e Equidade em Educação*, uma parceria do Conselho com a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS).

A conferência contou com a participação de Andreas Schleicher, diretor de Educação e Competências da OCDE, e serviu para o debate sobre a relevância dos resultados PISA para a educação, desde a primeira edição trienal de 2000 até à sexta, referente ao ano de 2015, da qual foram já publicados (desde 6 de dezembro de 2016) quatro de cinco volumes, o último dos quais na última semana de maio de 2017, referente à literacia financeira, uma avaliação opcional de que Portugal não fez parte.

No seguimento do estudo *Resultados Escolares Por Disciplina –*

*2º ciclo do Ensino Básico 2014 – 15*, recentemente publicado pela DGEEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência), Ana Sousa Ferreira (aQeduto) sublinhou que a repetição de ano penaliza sobremaneira as famílias de baixo Estatuto Socioeconómico e Cultural (ESCS), índice que teve sempre um impacto acentuado nos scores do PISA, no que respeita à diferença das desigualdades, tanto em Portugal como em Espanha, França e Luxemburgo.

Ana Ferreira referiu também que os alunos portugueses apreciam substancialmente o trabalho desenvolvido pelos seus professores, sendo os resultados neste item mais notórios nos PISA 2000 e 2015. Por seu lado, os alunos nacionais têm altas expectativas quanto ao seu futuro e o seu objetivo final é entrar na faculdade, facto mais acentuado no PISA 2012, com uma ligeira descida em 2015.

No que respeita às escolas e agrupamentos há mais autonomia pa-

ra estabelecimentos com maior diversidade, mas nota-se uma grande variedade nas respostas dos diretores. No capítulo dos constrangimentos o absentismo irregular dos alunos é bem visível, notando-se alguma falta de respeito para com os profissionais de educação, mas com tendência para diminuir. Em 2000 cria-se que os problemas estavam mais dentro das famílias. Hoje, olha-se com maior acento para o papel da escola, da sua organização, do trabalho dos professores, dos não docentes, para os recursos existentes.

Ana Ferreira notou ainda que a percentagem de bons resultados em escolas de áreas socioeconomicamente problemáticas é de 32% e que a tendência é crescente. De acordo com a sua exposição, a educação é muito mais que apenas resultados e tem muito que ver com lideranças fortes, capacidade de resolução dos problemas do dia a dia, com comportamentos dos alunos, estratégias de comunicação, com equipamentos e recursos humanos.



Por seu lado, João Batista (subdiretor da DGEEC) lembrou que a Matemática e o Inglês são as disciplinas com mais repetições no 2º ciclo, no ano letivo 2014-15. A FNE fez referência ao relatório *European Survey on Language Competences (ESCL)*, de junho de 2012, levado a cabo por um consórcio internacional e pela Comissão Europeia, feito a alunos preferencialmente do 9º ano, e que surpreendeu pelos baixos resultados nacionais no desempenho em Inglês e Francês, sendo por isso necessárias intervenções de política educativa neste campo.

João Batista mencionou vários dados do estudo da DGEEC sobre o 2º ciclo, um deles que a disciplina de Português é aquela onde se registam menos níveis cinco e que as disciplinas de Educação Física, Educação Tecnológica, Educação Musical e Educação Visual são as que registam menos níveis inferiores ao nível três. Por sua vez, no 5º ano só há níveis 1 a Matemática e a percentagem de alunos que recupera do 5º para o 6º ano é de 21% a Matemática, 55% a Inglês, 58% a História, 60% a Ciências, 69% a Educação Musical, 71% a Educação Física, 81% a Educação Visual e 85% a Educação tecnológica. Um dado curioso é que as raparigas têm melhores resultados internos que os rapazes em todas as disciplinas.

João Marôco (IAVE) fez uma apresentação muito rica sobre os resultados portugueses no PISA 2015 região a região, demonstrando um

padrão em grande parte deles, mas chamando também à atenção para alguns dados serem algo contraditórios. Uma grande parte da apresentação de João Marôco focou-se nas variáveis nacionais que explicam as diversas assimetrias.

A última apresentação da manhã coube a Tim Oates, da Universidade de Cambridge, que falou essencialmente sobre as limitações do PISA em múltiplos aspetos. Para Tim Oates, os governos têm que ter muito cuidado com a leitura dos resultados do PISA, podendo, em última instância, serem induzidos a tomar opções de políticas educativas contra os próprios interesses estratégicos nacionais.

A este respeito, Oates mencionou preocupações metodológicas nos testes PISA, problemas nas amostras, questões relacionadas com os modelos de medida e com a extrapolação de resultados ou em contrastes existentes nos resultados do PISA e do TIMMS.

Este investigador inglês tomou como exemplo a leitura de uma pintura em que vemos apenas 1/10 ou 1/20 não significa olharmos para o quadro no seu todo. "Temos que ter muito cuidado, porque o

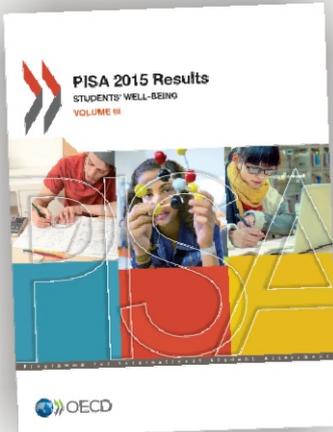
PISA só avalia alunos de 15 anos", referiu, lembrando que qualquer mudança em educação tem sempre um custo muito alto para cada país. Patricia Perez-Gomes (Comissão Europeia) falou sobre a importância dos resultados do PISA na política da Comissão, tendo como pano de fundo essencialmente a Estratégia para a Educação e Formação 2020, mas salientando sempre que a política educativa na União Europeia é da responsabilidade de cada Estado-Membro.

No final da tarde, Andreas Schleicher tomou a seu cargo o tema da "Ciência no PISA 2015", mostrando-se surpreendido pelos excelentes resultados portugueses no PISA 2015, e dando Portugal como um bom exemplo dos poucos países que conseguem combinar dois fatores de difícil associação, como é o caso da excelência com a equidade. Schleicher sublinhou também que Portugal deve reduzir o índice de ansiedade dos seus alunos em período de testes, o que se verifica mesmo quando os jovens estão bem preparados.

A FNE esteve representada nesta conferência por Joaquim Santos.



# Professores, escolas e pais fazem a diferença nos resultados



“O bem-estar dos alunos” é o título do volume III do Pisa 2015, de um total de cinco

Os adolescentes que se sentem parte de uma comunidade escolar e desfrutam de boas relações com seus pais e professores são mais propensos a ter um melhor desempenho acadêmico e serem mais felizes na vida, de acordo com a primeira avaliação do PISA da OCDE sobre “O bem-estar dos alunos”, que constitui o volume III de cinco volumes que constituem o PISA 2015. A média da satisfação na vida dos alunos portugueses é de 7.36, ligeiramente acima da média da OCDE, que é de 7.31.

O “bem-estar dos alunos” analisa, pela primeira vez, a motivação dos jovens para se comportarem bem na escola, as suas relações com os pares e os professores, a sua vida familiar e a forma como passam o seu tempo fora da escola. Os resultados são baseados num inquérito a 540 mil estudantes, em 72 países e economias, que igualmente ter-

minaram o teste principal do PISA 2015 em Ciência, Matemática e em Leitura.

Muitos estudantes estão muito preocupados com o trabalho e os testes escolares e a análise revela que isto não está relacionado com o número de horas de aula ou a frequência dos testes, mas com o apoio que eles sentem dos seus professores e escolas. Muitos alunos preocupam-se com testes difíceis e 66% receiam más notas. Cerca de 55% dos alunos dizem que estão muito ansiosos antes de um teste, mesmo que estejam bem preparados. Em todos os países, as raparigas registaram uma maior ansiedade relacionada com o trabalho escolar – o que está negativamente associado ao seu desempenho.

O índice que mede a ansiedade tem o valor médio na OCDE de 0.01, enquanto em Portugal esse valor dispara para 0.48, valor que apenas é ultrapassado pelo Brasil e Costa Rica (0.60), Colômbia (0.52) e Singapura (0.57).

Os professores desempenham um papel importante na criação das condições para o bem-estar dos alunos na escola e os governos não devem definir o papel dos professores apenas pelo número de horas de ensino. Os alunos mais felizes tendem a relatar relações positivas com os seus professores. Estudantes em escolas onde a satisfação com a vida está acima da média nacional relataram um maior nível de apoio do seu professor, do que alunos em escolas onde a satisfação com a vida está abaixo da média.

“Estas descobertas mostram como os professores, escolas e pais podem fazer uma verdadeira diferença para o bem-estar das crianças”, disse Gabriela Ramos, Chefe de Gabinete da OCDE, no lançamento do relatório em Londres. “Juntos, eles podem ajudar os jovens a desenvolverem um senso de controlo sobre seu futuro e a resiliência de que precisam para ter sucesso na vida”.



## O PAPEL DOS PAIS

Os pais também podem fazer uma grande diferença. Os alunos cujos pais relataram "gastarem tempo apenas a conversar com meu filho", "comerem a refeição principal com meu filho ao redor de uma mesa" ou a "discutirem o bom aproveitamento do meu filho na escola" têm regularmente entre 22 e 39 % mais propensão a relatar altos níveis de satisfação com a vida.

O impacto académico também é significativo: os alunos que passaram tempo a conversar com seus pais estavam dois terços de um ano letivo à frente dos outros na aprendizagem de Ciências, e mesmo depois de se ter considerado o estatuto socioeconómico a vantagem permanece com um terço do ano letivo à frente.

A pesquisa revelou que o *bullying* é uma questão importante nas escolas, com uma grande proporção de estudantes relatando serem vítimas. Em média, cerca de 4% dos estudantes - cerca de um por turma - relataram que são atingidos ou empurrados pelo menos algumas vezes por mês, percentual que varia de 1 a 9,5% entre os países. O *bullying* é menor nas escolas onde os alunos têm relacionamentos positivos com seus professores. Os pais precisam de estar envolvidos no planeamento escolar e nas respostas ao *bullying*, e as escolas precisam de colaborar com outras instituições e serviços para implementar planos de prevenção e respostas abrangentes. O valor médio do índice de exposição ao *bullying* na OCDE é de 0.00, sendo o de Portugal de -0.52.

Em média, a maioria dos alunos de 15 anos está feliz com a sua vida, reportando um nível de satisfação de 7,3 numa escala que varia de 0 a 10. Mas há grandes variações entre os países: enquanto menos de 4% dos estudantes na Holanda disseram que não estavam satisfeitos com a sua vida, a percentagem na Coreia e na Turquia ultrapassou os 20 por cento. As raparigas e os rapazes desfavorecidos são menos prováveis, que os favorecidos, a relatar altos níveis de satisfação com a vida.

A menor satisfação com a vida relatada por raparigas de 15 anos no PISA é possivelmente um reflexo da autocrítica nociva das colegas, particularmente relacionada com a imagem dos seus próprios corpos, numa altura em que estão a passar por grandes mudanças físicas. O PISA 2015 não recolhe dados sobre a imagem corporal dos alunos, mas os resultados sobre os hábitos alimentares revelam que as raparigas são muito mais propensas do que os rapazes a saltar o pequeno-almoço e mais propensas a saltar o jantar.

	Média OCDE	Alunos Portugueses	Disparidade socioeconómica	
			Media OCDE	Portugal Dif.
<b>Satisfação na vida</b>	7.31	7.36	0.44	0.22
Muito satisfeito com a vida	34.1 %	31.0 %		
Não satisfeitos com a vida	11.8 %	8.9 %		
<b>Índice Ansiedade relacionada com vida escolar</b>	0.01	0.48	-1.18	-0.56
Mesmo preparado sinto-me muito ansioso	55.5 %	69.0 %		
Fico nervoso quando estudo	36.6 %	46.2 %		
<b>Índice de motivação de realização</b>	-0.01	0.20	5.6 %	8.2 %
Quero selecionar as melhores oportunidades quando me formar	92.7 %	93.1 %		
Quero ser um dos melhores alunos na minha turma	59.2 %	65.5 %		
<b>Índice Sentido de pertença</b>	0.02	0.10	4.6 %	0.27
Eu pertenço à escola	73 %	82.3 %		
Sinto-me um outsider	82.8 %	87.1 %		
<b>Índice exposição ao bullying</b>	0.00	-0.52	-0.10	-0.11
Qualquer tipo de bullying	18.7 %	11.8 %		
Os outros troçam de mim	10.9 %	6.7 %		
Fui atingido ou empurrado pelos colegas	4.3 %	2.3 %		
<b>Os meus pais apoiam-me quando tenho dificuldades na escola</b>	90. %	94.6 %	5.8 %	5.5 %
<b>Praticam desporto antes ou depois da escola</b>	60.8 %	70.9 %		
<b>Alunos que trabalham antes ou depois da escola</b>	23.3 %	15.4 %		

Fonte: PISA 2015 Results, Students' Well-Being, Volume III



## RAPAZES MAIS AMBICIOSOS

Outras conclusões importantes:

- A maioria dos estudantes em 67 países e economias sentem que pertencem à comunidade escolar. Valor médio do índice de sentido de pertença da OCDE: 0.02; valor de Portugal: 0.10.
- As raparigas são mais propensas do que os rapazes a declararem que querem melhores notas na escola e

que querem ser capazes de escolher entre as melhores oportunidades quando se formam. Mas os rapazes são mais propensos do que elas a descreverem-se como ambiciosos e a aspirarem a ser os melhores.

- Em média, na OCDE, 44% dos estudantes de 15 anos esperam concluir a universidade. Na Colômbia, na Coreia, no Catar e nos Estados Unidos, mais de três em cada quatro estudantes esperam isso.

## A VIDA SOCIAL DOS ALUNOS NA ESCOLA

- Um em cada cinco alunos relataram que experimentam algum tipo de tratamento injusto pelos seus professores, pelo menos algumas vezes num determinado mês.
- As raparigas têm menos probabilidade que os rapazes de se tornar vítimas de agressões físicas, mas são

mais suscetíveis de serem objeto de rumores desagradáveis.

- Alunos que frequentam escolas onde o bullying é frequente obtêm 47 pontos mais baixos em Ciência do que alunos em escolas onde o bullying ocorre com menos frequência.

## USO DO TEMPO PELOS ALUNOS FORA DA ESCOLA

- Cerca de 6,6% dos estudantes de todos os países da OCDE não realizam qualquer tipo de atividade física moderada ou vigorosa fora da escola, e a proporção de alunos fisicamente inativos é 1,8 pontos percentuais maior entre as raparigas do que entre os rapazes. Os alunos fisicamente ativos são menos propensos a ignorar a escola, a sentir-se estranhos na escola, a sentir-se muito ansiosos sobre o trabalho escolar ou a ser frequentemente intimidados.

- Em média, cerca de 23% dos estudantes relataram que trabalham para ajudar a pagar os seus estudos (mais rapazes que raparigas) e 73% relataram que trabalham em casa antes ou depois da escola (mais raparigas que rapazes).

- Em média, os estudantes passam mais de duas horas online durante um dia típico da semana após a escola e mais de três horas durante um típico dia de fim-de-semana. Entre 2012 e 2015, o tempo gasto online fora da escola aumentou cerca de 40 minutos por dia em dias úteis e fins de semana.

## O PISA E AS POLÍTICAS EDUCATIVAS

Para tentar reduzir a ansiedade relacionada com o trabalho escolar entre os alunos, o desenvolvimento profissional específico pode ser oferecido aos professores para que possam identificar os alunos que sofrem de ansiedade e ensiná-los a aprender com os erros. Além disso, os professores podem ajudar os alunos a estabelecer metas realistas - mas desafiadoras - para si próprios, uma vez que os alunos têm maior probabilidade de valorizar o que estão a aprender e a apreciar o processo de aprendizagem quando podem atingir as metas que estabelecem.

As estratégias para encorajar a definição de metas e aumentar a motivação intrínseca para aprender incluem fornecer justificações significativas para atividades de aprendizagem, reconhecer os sentimentos dos alunos sobre as tarefas e evitar pressão e controlo excessivos. Fornecer feedback construtivo sobre os resultados das avaliações também pode nutrir a confiança dos alunos e a sua motivação.

O PISA 2015 considera que uma das principais ameaças aos senti-

mentos de pertença dos alunos na escola são as suas perceções de relações negativas com os seus professores. Para construir melhores relações professor-aluno os professores devem utilizar métodos básicos de observação, escuta e comunicação intercultural, para que possam ter melhor em conta as necessidades individuais dos alunos.

Os professores também devem ser encorajados a colaborar e trocar informações sobre as dificuldades, o carácter e os pontos fortes dos alunos com os seus colegas, para que eles possam coletivamente encontrar a melhor abordagem e para fazer com que se sintam parte da comunidade escolar.

Os dados também mostram que uma grande proporção de estudantes relatam ser vítimas de *bullying* na escola. Programas *anti-bullying* eficazes seguem uma abordagem de toda a escola, que inclui formação para professores sobre o comportamento de *bullying* e como lidar com isso, pesquisas anónimas dos alunos para monitorar a prevalência de *bullying* e estratégias para fornecer informações e se envolver com os pais.

Os professores e os pais têm um papel particularmente importante a desempenhar na prevenção do *bullying* na escola: os professores precisam comunicar aos alunos que não vão tolerar qualquer forma de *bullying*. E os pais precisam de estar envolvidos no planeamento escolar e nas respostas ao *bullying*.

Os resultados do PISA de 18 países culturalmente e economicamente diversos mostram que os alunos cujos pais rotineiramente se dedicam a atividades quotidianas em casa, como comer uma refeição juntos ou passar o tempo "apenas conversando", não só obtêm pontuação mais elevada no PISA, como também estão mais satisfeitos com suas vidas. Na Bélgica (comunidade flamenga), França, Itália, Portugal e Espanha mais do que 90% dos pais fazem uma refeição com os seus filhos diariamente ou quase todos os dias.

As escolas podem ajudar os pais a se envolverem mais na educação de seus filhos, removendo quaisquer barreiras à sua participação em eventos escolares, como oferecer canais flexíveis de comunicação para pais ocupados e sugerindo maneiras pelas quais os pais se podem envolver, tanto em casa como na escola.

Para melhorar o bem-estar dos alunos, as escolas devem também ensinar aos alunos os benefícios de um estilo de vida ativo e saudável através da educação física e saúde. O envolvimento da educação física na escola pode reduzir o número de alunos que estão fisicamente inativos fora da escola.



# O verdadeiro mundo dos assistentes operacionais auxiliares de educação



As crianças, os jovens, professores e assistentes operacionais-auxiliares de educação são os principais atores no teatro da Educação. Todos, mas mesmo todos, são importantes.

Lamentavelmente neste teatro estamos cada vez mais focamos apenas em dois atores: crianças, jovens e professores.

E os assistentes operacionais-auxiliares de educação onde é que ficam? Esquecidos!

Segundo a Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, todas as entidades são obrigadas a facultar formação aos seus colaboradores e os assistentes operacionais e auxiliares de educação (entidades públicas e privadas) não são exceção.

Ao longo de vários meses a promover ações de formação a estes profissionais, setor público e privado, o STAAE Sul e RA constatou que o descontentamento destes profissionais é transversal a todos: a falta de reconhecimento das suas competências é o que mais os angustia. Mais do que o baixo salário que recebem, o facto de não serem tidos nem achados para nada, no contexto educativo, deixa-os completamente desmotivados.

A promoção de formação na sua área profissional é de grande importância. Lamentam o facto de serem poucas as horas de formação, na maior parte das vezes, não fazem as 35 horas. No entanto, estes mo-



mentos são de extrema importância para estes profissionais, não só pelos conhecimentos que adquirem, mas também pelo contacto que têm com profissionais da mesma área, mas de outras instituições, permitindo-lhes a troca de experiências, de técnicas de trabalho, de saberes-fazer.

Foi ainda constatado que é comum, em muitas instituições, a falta de diálogo/reuniões de equipa com estes profissionais, o que dá origem, muitas vezes, à desmotivação da equipa e ao conflito entre pares.

Os argumentos apresentados são sempre os mesmos: “é difícil agendar reuniões com estes profissionais, porque eles fazem, sempre, muita falta ao teatro da educação.”

Mais importante do que pagar melhores salários é MOTIVAR EQUIPAS e VALORIZÁ-LAS. Porque profissionais motivados tornam o ambiente escolar mais agradável e positivo, logo quem beneficia com tudo isso, em primeiro lugar, são as CRIANÇAS. É para elas que trabalhamos.

**Cristina Ferreira**  
Presidente do STAAE Sul e RA

# FNE na Conferência anual da NASUWT

A convite da organização, a FNE participou na Conferência anual da National Association of Schoolmasters Union of Women Teachers (NASUWT), que decorreu na cidade de Manchester, Inglaterra, nos dias 14 a 17 de abril de 2017, elegendo os delegados das 300 associações de professores do Reino Unido e o comité executivo do sindicato, composto por 44 membros.

Este comité, juntamente com o Secretário-Geral e outros eleitos, determina o funcionamento da organização, que representa 300 mil professores e diretores de escola. Com um posicionamento independente de partidos políticos, a NASUWT negocia as condições de trabalho dos professores e procura influenciar as políticas educativas nos diferentes países do Reino Unido.

Durante o evento foram debatidos em sessões públicas os temas que

preocupam os professores e que afetam a sua profissão: condições de trabalho, salários, excesso de tarefas burocráticas, gestão das escolas, aumento da idade da reforma. Foram aprovadas as moções relativas aos temas: estatuto da carreira docente, aumento de salários, excesso de trabalho, tempo de trabalho, saúde mental dos professores, avaliação de alunos, avaliação de desempenho, formação em necessidades educativas especiais, gestão das escolas, licença sabática, apoio a professores doentes e pensões.

Os problemas dos professores ingleses são muito semelhantes aos dos professores portugueses, agravados pelo facto de o gestor das escolas possuir muitas mais competências funcionais que em Portugal. Além disso as negociações sobre tempo de trabalho e condições de trabalho são feitas escola a escola e é normal haver litígio sindical.

Durante a conferência foram atribuídos prémios a sócios da NASUWT que se distinguiram pelo seu trabalho: prémio jovem ativista e prémio recrutador sindical. O prémio solidariedade internacional foi atribuído a Mahdi Abu Dheeb, do Bahreim, recentemente libertado da prisão, alegadamente por ter tentado organizar sindicalmente os professores no seu país. A sua libertação ocorreu devido à intervenção e pressão da comunidade internacional.

Na Conferência esteve presente uma delegação internacional de mais de 40 organizações sindicais, incluindo a FNE, representada por Alexandre Dias. No domingo, dia 16, realizou-se uma mesa redonda com os convidados internacionais onde se discutiram alguns dos temas que afetam os professores, tendo sido propostas ações conjuntas a desenvolver no futuro.





# GREVE!

## 21 JUNHO 2017

### FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

**FICHA TÉCNICA**  
maio 2017

**proprietário**  
Federação Nacional da  
Educação

**diretor**  
João Dias da Silva

**editor**  
Pedro Barreiros

**produção de conteúdos**  
Joaquim Santos

**secretariado**  
Teresa Morais e Teresa Burnay

**sindicatos membros**  
Sindicato dos Professores da Zona Norte \*  
Sindicato dos Professores da Zona Centro \*  
Sindicato Democrático dos Professores da  
Grande Lisboa e Vale do Tejo \* Sindicato  
Democrático dos Professores do Sul \*

Sindicato Democrático dos Professores dos  
Açores \* Sindicato Democrático dos  
Professores da Madeira \* Sindicato dos  
Professores nas Comunidades Lusíadas \*  
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes  
e Auxiliares de Educação da Zona Norte \*  
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes  
e Auxiliares de Educação da Zona Centro \*  
Sindicato dos Técnicos Administrativos e  
Auxiliares de Educação do Sul e Regiões  
Autónomas

**responsável administrativo e financeiro**  
Joaquim Fernandes

**redação**  
Rua Costa Cabral, 1035 \* 4200-226 Porto \*  
tel. 225073880 \* fax. 225092906 \*  
secretariado@fne.pt

**produção gráfica  
e paginação**  
Rafael Marques

fne